

## Perspectivas para a COP26

26 de agosto de 2021

### O que esperar da Cúpula de Líderes?

Prevista para ocorrer dos dias 1º a 12 de novembro deste ano, em Glasgow, no Reino Unido, a COP permanece discutindo a implementação do Acordo de Paris. Debatido desde sua criação, em 2015, as conversas sobre o Acordo não fluem tão bem, pois há certos entraves.

Um desses obstáculos é o artigo 6º do pacto, que trata do **mercado global de carbono** e das regras para o comércio internacional de carbono. As conversas sobre este artigo na 25ª COP, em 2019, foram travadas por falta de consenso: China, Índia e Brasil foram acusados de se contraporem ao texto, bloqueando o debate. Contudo, o Brasil afirma que a União Europeia foi a responsável pela obstrução.

Com isso, a discussão do artigo 6º foi adiada para a COP26, que já mostra movimentos positivos para a aprovação do texto. O fato de, por exemplo, a China ter se comprometido com uma meta de neutralidade climática em 2020 e lançado um mercado doméstico de carbono em 2021 pode trazer profundas diferenças para esta conferência.

Ademais, outro entrave a ser resolvido é o **financiamento climático**. Este é um tema sensível e que ainda não apresentou grandes avanços: até o momento, países desenvolvidos ainda não atingiram a meta estabelecida de fornecer US\$ 100 bilhões por ano em financiamentos para países em desenvolvimento. Enquanto isso, o tema será crucial para um novo ponto chave que será debatido na Cúpula deste ano e que também gera opiniões distintas: as **metas de neutralização**.

O novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) destacou que a redução das emissões a zero pode estabilizar o limite de aquecimento de 1,5°C até 2100. Sem esta redução, a temperatura poderá aumentar 2,7 graus, o que trará a necessidade de tirar os compromissos de neutralização do papel como uma das principais discussões da COP.

Essa necessidade também traz a incumbência de **revisar as NDCs** (Contribuições Nacionalmente Determinadas de cada país ao Acordo de Paris), o que já vinha sendo fortalecido desde 2020. No caso, todos os países que fazem parte do Acordo são convidados à revisão de

[www.bmj.com.br](http://www.bmj.com.br)

**Brasília:** SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

**São Paulo:** Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

**Belo Horizonte:** Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

suas NDCs pelo menos a cada 5 anos, trazendo sempre mais ambição em relação à contribuição anterior. Com as novas metas de neutralização anunciadas, diversas nações atualizaram seus compromissos em 2021, mas continuaram sendo pressionadas por mais ambição: o próprio Brasil é um destes pressionados a submeter sua NDC novamente. De toda forma, é importante mencionar que sempre há espaço na cúpula para o anúncio de compromissos e metas mais ambiciosas, incluindo o possível adiamento de metas de neutralização.

Por fim, outra questão altamente esperada para a Cúpula deste ano é a **eliminação do uso do carvão**. A perspectiva não é positiva: assim como o financiamento climático e a descarbonização, a eliminação do carvão é algo que ainda não apresenta consenso, gerando discordância tanto no G20 como em uma conversa organizada entre o presidente da COP26, Alok Sharma, e alguns ministros em julho deste ano.

Vale destacar que, assim como ocorreu com a campanha presidencial do presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, para o engajamento climático da comunidade internacional, entende-se que a volta dos EUA ao Acordo de Paris trará outro “peso” para a COP26.

## Principais encaminhamentos para cada temática

---

O cronograma da COP26 conta com discussões sobre diversas temáticas ao longo dos dias do evento. Indo de acordo com o cronograma, segue abaixo o que se espera de cada temática:

### 1. Finanças:

A terceira meta da COP26 é mobilizar as finanças globais em prol de políticas climáticas. De acordo com os documentos de preparação para a Cúpula, uma das ações é garantir o comprometimento dos países desenvolvidos de despender US\$ 100 bilhões por ano para o financiamento climático. Ademais, outra ação esperada é promover a cooperação entre governos, empresas e a sociedade civil para acelerar a agenda de mitigação das mudanças climáticas. Investimentos públicos são necessários para: o desenvolvimento da infraestrutura necessária para a transição para uma economia mais verde; e investimentos privados serão incentivados para financiar tecnologia e inovação. O Brasil espera receber parte desses investimentos internacionais. Contudo, para que isso ocorra, é esperado que o governo brasileiro tenha metas e planos de ação mais claros, especialmente no que tange o combate ao desmatamento. Dentro deste tópico, também serão discutidos os mercados de carbono.

### 2. Energia:

O principal objetivo para a COP26 é acelerar a transição global para a energia limpa. A transição energética é fator prioritário e uma das destinações do financiamento climático, especialmente para auxiliar países menos desenvolvidos nesta ação. Por meio de inovações tecnológicas, fontes energéticas solares e eólicas são agora mais baratas do

que novas centrais elétricas a carvão e gás em dois terços dos países do mundo. A prioridade é ampliar a produção de energia renovável e investir para baratear ainda mais o seu custo.

### 3. Natureza:

Serão discutidas as chamadas soluções baseadas na natureza (SbN), sendo elas: a natureza como solução para os desafios climáticos, como a agricultura social; a irrigação com água de reuso; e a recuperação de restingas para a diminuição da vulnerabilidade costeira. A expectativa é que elas sejam enfatizadas como um ponto importante, tanto para a mitigação das emissões e o alcance das metas de neutralização, como para a adaptação climática. Espera-se, assim, que elas sejam mais incluídas nos compromissos dos países.

### 4. Adaptação, perdas e danos:

O tema é de urgência considerando os eventos extremos ocorridos ao longo do ano, desde o aumento da temperatura no Canadá às inundações na Alemanha. Além disso, o recente relatório do IPCC afirma que estes tipos de acontecimentos se tornarão 39,2 vezes mais frequentes, o que traz a necessidade de se pensar em soluções resilientes e adaptativas. Nesta parte, o financiamento climático aos países em desenvolvimento será um dos pontos mais discutidos, visto que são estes países que mais sofrem com os efeitos dos eventos extremos.

### 5. Ciência e inovação:

A ciência e a inovação são peças-chave para a obtenção de soluções climáticas. O relatório do IPCC trouxe dados importantes para a condução de uma melhor política climática a nível global. A prioridade na COP26 é fomentar inovações tecnológicas especialmente para construir a transição energética, com alternativas mais limpas e mais baratas.

### 6. Transporte:

O objetivo é conduzir a transição global para o transporte com emissão zero. Joe Biden, presidente dos EUA, já anunciou propostas para incentivar o uso de veículos elétricos a fim de reduzir as emissões automotivas. A tendência é que essa discussão seja elevada para que haja incentivo em infraestrutura em todo o mundo com o objetivo de propiciar a transição para automóveis elétricos. Também serão debatidas alternativas no campo dos biocombustíveis para diminuir o uso de combustíveis fósseis.

### 7. Cidades, regiões e meio ambiente construído:

Será a primeira vez que uma COP abordará as emissões de carbono de edifícios em um dia inteiramente dedicado ao ambiente construído. Isso surge da preocupação de que o setor tenha sido negligenciado no esforço para o combate às mudanças climáticas. Assim, espera-se que seja abordado o tópico sobre os edifícios “net-zero”, isto é, aqueles

que não contribuem com nenhum CO2 líquido para a atmosfera. Além disso, a expectativa é que também sejam abordadas as contribuições daqueles que assinaram a campanha *Race to Zero*, incluindo estados brasileiros.

## Posicionamento e prioridades do Brasil

---

Uma das principais prioridades do governo brasileiro permanecerá sendo a **captação de recursos financeiros**, mantendo o discurso de 2019. No entanto, em comparação à COP25, a expectativa é que a postura brasileira seja menos incisiva: o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, já afirmou que **defende o avanço da regulamentação do mercado de carbono global**, algo que até então não havia sido mencionado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Além disso, o Brasil será definitivamente **pressionado pelas emissões de carbono advindas do desmatamento**, bem como cobrado por resultados para o alcance da meta de desmatamento zero até 2030, anunciada por pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, neste ano. Isso é especialmente importante, visto que o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou recentemente que a atual operação militar na Floresta Amazônica não alcançará sua meta inicial projetada de combate ao desmate.

Vale ressaltar que, durante a Cúpula, cada país organiza um estande para apresentar os principais avanços nas temáticas que lhe cabem, tendo o Brasil a responsabilidade de abordar o tema **"Clima e Florestas"**. Sobre isso, uma prioridade do país será **mostrar casos positivos de bioeconomia e conservação florestal**, adentrando a Política Nacional da Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), além de iniciativas do setor privado.

Por fim, o país também poderá ser pressionado a anunciar **metas climáticas mais ambiciosas**. Ainda assim, o ministro Joaquim Leite já declarou à imprensa que **não há perspectiva de revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada** brasileira (NDC, em sua sigla em inglês): "O compromisso brasileiro é uma meta percentual de redução de emissões frente ao ano base de 2005 e, por ser de longo prazo, **não foi e não deve ser alterada a cada revisão metodológica**. Ela é uma das mais ambiciosas entre os países em desenvolvimento, por abarcar a economia como um todo e apresentar metas intermediárias".

## Considerações sobre a nova gestão do MMA

---

O ex-ministro Ricardo Salles havia sido exonerado em junho deste ano, sendo substituído no cargo por Joaquim Leite, antes Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais. Com a saída de Salles, a entrada de Joaquim mostrava uma possível mudança na prioridade da agenda do Ministério do Meio Ambiente (MMA): enquanto Salles focava na agenda de qualidade ambiental urbana, Joaquim poderia dar forte atenção para a Amazônia e demais temáticas florestais. De fato, o novo ministro ainda não se pronunciou sobre a agenda de qualidade ambiental urbana. No entanto, também não chegou a dar foco para a Amazônia, que recentemente apresentou

dados crescentes de desmatamento. Sua prioridade no momento está relacionada à parte internacional, com grande atenção para a própria COP26 e o financiamento climático.

Ademais, com a entrada de Joaquim houve outras mudanças de cargo dentro do Ministério: Marta Lisli passou a ser a nova Secretária da Amazônia, Fernando Wandscheer foi nomeado Secretário-Executivo, Marcus Henrique Morais Paranaguá tornou-se o Secretário de Clima e Relações Internacionais, Paulo Alexandre de Toledo Alves se tornou o diretor do Departamento de Clima, e Guilherme Belli passou a ocupar o cargo de diretor do Departamento de Meio Ambiente e América Latina. A maioria destes cargos são estratégicos para a COP26. Vale destacar, mesmo assim, que não há perspectiva de mudança na política socioambiental do governo: o que se vê é uma postura mais neutra e condescendente.

## Dinâmica de representação do Brasil e autoridades esperadas

---

A representação do Brasil na COP26 vai ser centrada em autoridades dos Ministérios das Relações Exteriores (MRE), do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No MRE, o ponto focal será o **Ministro Leonardo Athayde**, diretor do Departamento de Meio Ambiente do órgão. Para o MAPA e o MMA, ainda não há uma lista oficial de nomes fechada, porém, a partir das secretarias que foram representadas na COP25, de 2019, e de algumas informações de bastidores, é possível inferir quais autoridades provavelmente estarão presentes.

O Ministro do MMA, **Joaquim Leite**, deve comparecer, assim como os seguintes nomes da pasta: **Marta Lisli Ribeiro de Morais Giannichi** (secretária da Amazônia e Serviços Ambientais), **Paulo Alexandre de Toledo Alves** (diretor do Departamento de Clima), **Guilherme Belli** (diretor do Departamento de Meio Ambiente e América Latina) e, da Secretaria de Clima e Relações Internacionais, o secretário **Marcus Henrique Morais Paranaguá** e o secretário adjunto **Marcelo Donnini Freire**.

Para representar o MAPA, ainda é incerto se a própria ministra Tereza Cristina comparecerá, uma vez que não esteve presente na COP25. Por hora, é possível que a pasta seja representada por **João Francisco Adrien Fernandes** (diretor de Regularização Ambiental) e **Fernando Silveira Camargo** (secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação). Ademais, é esperado que outros Ministérios também enviem representantes. Um nome possível é o **Márcio Rojas da Cruz**, Coordenador-Geral do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), ele esteve presente na COP em 2019.

A lista oficial de representantes da delegação brasileira provavelmente será divulgada no mês anterior à realização da COP26. A pauta prioritária do Brasil será a defesa do agronegócio, especialmente no tocante a críticas internacionais que vem sofrendo. Uma questão que ainda está pendente de decisão é o modelo que o evento será realizado – se de forma presencial, virtual ou mista – devido ao aumento dos casos da variante delta da COVID-19 no Reino Unido, a organização da COP ainda divulgará o formato. O estande do Brasil na cúpula, portanto, pode sofrer alterações, a depender da configuração do evento.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) está se organizando para facilitar a participação do setor privado na COP e é provável que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também se mobilize nesse sentido. A CNI, inclusive, está em parceria com o MMA para transmitir diariamente, em seu estúdio, **uma extensa grade de *cases* positivos do Brasil em matéria ambiental, principalmente em matéria florestal.** Estes mesmos *cases* serão transmitidos no estande brasileiro em Glasgow e, de acordo com o secretário adjunto de Clima e Relações Internacionais, Marcelo Donnini, os *cases* estão sendo recebidos pelo seguinte e-mail do ministério: [cop26@mma.gov.br](mailto:cop26@mma.gov.br). Esse, portanto, é um dos principais canais de diálogo do setor privado com o governo brasileiro.